



PROGRAMA

DE

EDUCAÇÃO BILINGUE

PARA O II CICLO DO ENSINO BÁSICO



EDUCAÇÃO BÍLINGUE

CHAVE DE SIGLAS

INDE - Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação

INE - Instituto Nacional de Estatística

MINED - Ministério da Educação

NELIMO - Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas.

PEBIMO - Projecto de Escolarização Bilingue em Moçambique

PCEB - Plano Curricular do Ensino Básico

L1 - Língua primeira

L2 - Língua segunda

LM - Língua materna

LE - Língua estrangeira

ONG - Organização Não-Governamental





Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Introdução

Uma das componentes principais do processo de ensino-aprendizagem é o meio de ensino. No que se refere a este aspecto, os pedagogos e os linguistas concordam, de uma maneira geral, que o aluno aprende melhor na sua língua materna ou numa língua que ele domine.

Numa realidade como a do nosso país, em que coabitam línguas de diversas origens, incluindo as línguas moçambicanas e o Português, justifica-se a introdução de línguas moçambicanas no ensino. A língua portuguesa, apesar de ser falada um pouco por todo o país, ela não é conhecida pela maioria dos moçambicanos.

A introdução de línguas moçambicanas no ensino não deve ser vista apenas sob o ponto de vista de orientação linguística e pedagógica, mas também como um direito da criança de aprender na sua língua materna. Isto contribui para a valorização e manutenção da língua e da cultura bem como para o desenvolvimento da sua auto-estima, afirmação da sua identidade e atitude mais positiva em relação à escola.

Do ponto de vista estratégico, a introdução de línguas moçambicanas no ensino primário vai observar três modalidades: *como meio de ensino-aprendizagem*, em programas de *educação bilingue*, como *disciplina* opcional em programas monolíngues em que o Português é meio de ensino e, como *recurso*, também, em programas em que o meio de ensino é a língua portuguesa, como L2. Refira-se, contudo, que se vai privilegiar o desenvolvimento de programas bilingues, principalmente em zonas linguisticamente homogêneas que são, na sua maioria, zonas rurais.

No presente documento apresenta-se uma proposta do uso de línguas moçambicanas no ensino, um programa, com que se pretende desenvolver um processo de ensino-aprendizagem para formar alunos que saibam *ser*, *estar* e *fazer*.

Este documento está estruturado em três partes:

Primeira parte, Apresentação, onde se faz a contextualização do trabalho e se apresenta a estrutura do mesmo.

A *segunda parte* contém informação sobre as razões da introdução das línguas moçambicanas no ensino, a pertinência da educação bilingue e o âmbito do uso das línguas moçambicanas no ensino.

A *terceira e última parte* contém informações sobre orientações metodológicas para o desenvolvimento de um programa bilingue e para o uso de línguas locais como recurso na sala de aula e, ainda como disciplina. Esta parte contém também uma informação sobre os termos-chave adoptados no desenvolvimento de programas de Educação Bilingue e as referências e documentos consultados neste trabalho.

Este documento é, igualmente, a parte introdutória do programa de Educação Bilingue para o Ensino Básico, nas componentes de L1 e L2. É, assim, que a seguir a este documento, apresentam-se os *Objectivos gerais* referentes aos programas, por *grau*, *ciclo* e por *classe*, as *Orientações Metodológicas* específicas a cada classe, os *Programas de L1 e L2* propriamente ditos, e, por fim, a *Avaliação*, em geral, e específica para cada ciclo.



Programa de Educação Bilingue - IICiclo

Situação linguística

Uma das inovações da presente transformação curricular para o Ensino Básico é a introdução de línguas moçambicanas no ensino adoptando-se, assim, um currículo em que o meio de ensino-aprendizagem é adequado à realidade linguística do país.

Moçambique é um país multicultural e multilingue no qual coabitam cerca de vinte línguas moçambicanas todas de origem bantu com as respectivas variedades dialectais (cada língua possui cerca de quatro a cinco dialectos) e a língua portuguesa, língua oficial e, até ao momento, única língua de ensino oficialmente reconhecida. Todas línguas moçambicanas bantu têm uma forma escrita, estando padronizada a ortografia de dezoito.

Existe, também, em Moçambique uma considerável comunidade de origem asiática, que comunica em diversas línguas de origem asiática, em contextos familiares muito reduzidos. Contudo estas línguas não serão, ainda, abordadas, no âmbito da Transformação Curricular. O mesmo para o árabe que é estudado em contextos religiosos.

Dados do recenseamento geral da população de 1997¹ indicam que numa população de cerca de doze milhões de habitantes (população de mais de cinco anos), somente 6.4% fala Português como língua materna, em zonas urbanas e 1.2% em zonas rurais. Trinta e nove por cento (39%) da população total (população de mais de cinco anos) fala o Português como língua segunda. Estes dados indicam que cerca de 94% da população moçambicana fala as línguas bantu. Em zonas rurais, as interacções diárias desenvolvem-se, quase, unicamente, nestas línguas.

Para a educação, o cenário acima descrito significa que a maioria das crianças moçambicanas, quando ingressa no ensino primário, não fala a língua portuguesa, acrescido do facto de que vive num meio social em que a oferta linguística no que refere à língua portuguesa é bastante pobre, ou inexistente, em alguns casos, tornando esta língua, uma língua estrangeira (LE), do ponto de vista metodológico. A excepção é para as zonas urbanas, em que as crianças falam o Português como L2, e a oferta linguística nesta língua pode considerar-se razoável.

2. INTRODUÇÃO DE LÍNGUAS MOÇAMBICANAS

Antecedentes

O Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação - INDE, levou a cabo uma experimentação de escolarização bilingue no ensino básico do primeiro grau, denominada PEBIMO. A experimentação começou a ser delineada em 1990, tendo iniciado a sua implementação em 1993 e terminado em 1997. A experimentação decorreu em duas províncias, em Tete com Cinyanja/Português e em Gaza com Xichangana/Português, com quatro turmas em cada província, em escolas públicas do 1º Grau.

A experimentação surgiu no quadro das actividades do MINED, de reverter o actual panorama educativo do país que se caracteriza por altas taxas de desperdício escolar (desistências e repetências), pressupondo-se que o facto de a língua portuguesa ser a única língua de ensino-aprendizagem, poderia ser uma das causas de tal situação.

Finda a experimentação que apresentou resultados animadores, o INDE promoveu, em 1997, um

¹ II Recenseamento Geral de População e Habitação, 1997.
Indicadores Sócio-Demográficos: Moçambique.



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

debate sobre a introdução de línguas moçambicanas no ensino básico, oficialmente, que envolveu entidades de diversas proveniências (Educação, Confissões Religiosas, Universidades, ONG's e outras organizações da sociedade civil) tendo-se proposto, durante o debate, mais cinco línguas, para além das línguas da experimentação, ficando as seguintes línguas: Emakhuwa, Cinyanja, Cinyungwe, Cisena, Cindau, Xichangana e Xirhonga. No debate acordou-se que a implementação de programas bilingues nestas línguas deveria ser bem planificada e gradual.

Entretanto, outros fora sobre esta matéria parecem aconselhar que outras línguas, para além das sete propostas durante o debate acima referido sejam, também, introduzidas na primeira fase. São as seguintes línguas: Tshwa, Yao, Makonde e Chwabo.

A opção por estas onze línguas, para a fase inicial, obedeceu aos seguintes critérios: cobertura nacional, isto quer dizer que as línguas cobrem quase todo o território nacional, não se excluindo nenhuma província, nesta fase. Estas línguas já possuem materiais escritos, incluindo materiais escolares e algumas delas já têm a ortografia padronizada. Refira-se, ainda, que o acréscimo de mais línguas, na fase inicial, é uma reivindicação da sociedade civil. As outras línguas moçambicanas serão, igualmente, introduzidas de forma gradual, quando as condições para tal estiverem criadas.

Refira-se que existem muitas ONG's que desenvolvem diversos tipos de programa nestas línguas e em outras não mencionadas aqui. O MINED incentiva e apoia as iniciativas de organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil que desenvolvem programas em línguas moçambicanas, quer sejam bilingues, quer sejam monolingues.

Em 1988 realizou-se o I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de línguas moçambicanas, tendo-se padronizado, na altura, a ortografia 15 línguas. A ortografia e a própria escrita destas línguas foi-se consolidando através de trabalhos desenvolvidos pelo INDE, NELIMO, ONG's, Confissões Religiosas e outras organizações, nestas línguas.

Em 1999, dez anos depois, realizou-se o *II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas moçambicanas*, que veio confirmar alguns resultados do I Seminário e acrescentar outros, tendo em conta as experiências acumuladas durante o intervalo que separou os dois eventos.

Os resultados do *I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*, acrescidos dos resultados do II Seminário permitiram que se escolhesse com segurança as línguas a introduzir no ensino primário, na primeira fase, e, vão permitir, igualmente, a produção de materiais, numa base segura.

Outra motivação importante para a implementação de programas de educação bilingue refere-se ao desempenho da rapariga. Dados da avaliação final da experimentação de escolarização bilingue em Moçambique-PEBIMO dão indicação que o seu desempenho foi relativamente superior ao da rapariga exposta a um programa monolingue-SNE, no que refere ao aproveitamento escolar, à participação na sala de aula, permanência na escola, de entre outros factores, como a manutenção e desenvolvimento da língua materna.²

Com efeito, as meninas do PEBIMO permaneceram na escola até ao final da experimentação. A sua retenção na escola, principalmente, tratando-se de zonas rurais foi muito significativa, tendo em conta os altos níveis de desistência escolar, no ensino formal em Português L2, sobretudo, em relação às raparigas. Estas, assim como os rapazes exibem muita auto-confiança

² Benson, C. (1997). Relatório sobre o Ensino Bilingue



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

que advém do facto de terem tido a oportunidade de beneficiarem de um processo de ensino-aprendizagem que contemplava a sua língua materna, transferindo positivamente as habilidades adquiridas na mesma para o Português.

É, assim que, no âmbito da Transformação Curricular a decorrer no INDE, uma das inovações principais é a introdução de línguas moçambicanas no ensino básico, como já se referiu anteriormente. A introdução destas línguas, formalmente, no ensino, é, também, uma exigência da sociedade civil manifestada, principalmente, durante o primeiro *Fórum Nacional de Consulta da Transformação Curricular*, realizado em Dezembro de 1996, em Maputo.

Justificação para a utilização

As principais razões que justificam a utilização de línguas moçambicanas no ensino básico são de natureza *linguístico-pedagógicas, cultura e identidade* e de *direitos humanos do indivíduo*.

Razões linguístico-pedagógicas

O aluno ao entrar pela primeira vez na escola, já tem as competências básicas na sua língua materna. Ele já terá aprendido quase todo o sistema de sons e estruturas gramaticais da sua língua e pode comunicar. Consequentemente, o aluno desenvolverá com mais facilidade as habilidades cognitivas nesta língua.

O princípio do ensino bilingue é o seguinte: quando o aluno tiver adquirido habilidades cognitivas e linguísticas na L1, e quando tiver as habilidades básicas de comunicação na L2, pode transferir todas habilidades cognitivas e linguísticas para L2. Adoptando um modelo que faça a transição em apenas dois ou três anos, o aluno não terá tempo suficiente para aprender todas as habilidades cognitivas e linguísticas na L1, nem todas as habilidades básicas de comunicação na L2, ficando sem habilidades suficientes em nenhuma das línguas. Isto significa que se o ensino da L1 terminar demasiado cedo, a L2 sofrerá, daí a opção por um modelo bilingue transicional com manutenção da L1 como disciplina para compensar o possível défice linguístico-pedagógico, que poderá ser causado por uma transição precoce.

Ainda do ponto de vista linguístico-pedagógico, os programas bilingues justificam-se, igualmente, do ponto de vista do professor. Este tem mais auto-confiança para conduzir o processo de ensino-aprendizagem numa língua em que é falante nativo e os alunos podem entender. Neste processo de ensino-aprendizagem, o professor funciona como mediador cultural, e facilitador usando o seu entendimento da língua e cultura da comunidade para encorajar os alunos e ajudá-los a aprender a língua segunda.

Um obstáculo à implementação de línguas moçambicanas no ensino, poderá ser o facto de os professores não falarem a língua da área abrangida, contudo, isto pode ser ultrapassado, através de adopção de estratégias que facilitem a colocação de professores em zonas linguisticamente apropriadas. Em casos em que tal não seja possível, o professor que não é falante da língua local pode leccionar a parte do currículo em Português. Esta questão tem a ver com a flexibilidade que se espera que haja na implementação do novo currículo do ensino básico, no sentido de se ter em conta a natureza multilingue e multicultural do país, na colocação dos professores nas escolas.

³ Hyltentam & Stroud. (1995). Proposta de revisão dos curricula de língua de escolas primárias de Moçambique



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

Razões Culturais e de Identidade

Alguns estudiosos apontam que o maior fracasso da educação contemporânea, tem sido, precisamente, a incapacidade de os curricula contemplarem a complexidade etnolinguística dos alunos, das comunidades e da sociedade, de tal maneira que se possa tomar decisões acertadas sobre a língua e a cultura, na elaboração dos programas e nas aulas.

Hoje, as decisões sobre o ensino das crianças não se podem limitar a temas pedagógicos, mas devem, também, incluir as questões linguístico-culturais que rodeiam o bilinguismo e o ensino bilingue. Mesmo os professores monolíngues, se não estiverem preparados para desenvolverem o bilinguismo e a biliteracidade dos alunos, não poderão apoiar devidamente o processo de aquisição/aprendizagem de uma língua segunda.

A língua não é somente um instrumento de transmissão de mensagens é, também, um veículo de transmissão de valores culturais. Num processo de ensino-aprendizagem, a não observância da relação língua/cultura, pode provocar uma descontinuidade entre os valores que a criança leva para a escola e os valores adquiridos na mesma. Portanto, a opção pelo uso da língua materna (em fases iniciais de aprendizagem) que representam a cultura doméstica familiar, os valores tradicionais e a experiência dos professores em paralelo com a língua portuguesa, é a ideal.

A língua como direito

A aprendizagem inicial na língua materna é, também, vista como um direito do indivíduo, neste caso particular, da criança. (UNESCO, 1953). Assim como existe o direito individual de escolha de religião, por exemplo, advoga-se o mesmo direito em relação à língua. Do mesmo modo que se deve banir o racismo e outras manifestações de xenofobia, argumenta-se, igualmente, que em sociedades democráticas a discriminação em relação à língua deve ser erradicada. Moçambique não pode considerar-se um país completamente democrático, se o principal instrumento, a língua, para participar num processo democrático, não é tido em conta.

Para a educação significa que se o indivíduo não tem a possibilidade de comunicar na sua língua, está, então, excluído do processo de ensino-aprendizagem que se baseia, essencialmente, na comunicação. O dia a dia da criança na escola torna-se penoso, contribuindo para o desenvolvimento de um sentimento de baixa auto-estima.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Governo da República de Moçambique em Outubro de 1990, advoga, do Artigo 29, alínea c:

Os Estados Partes acordam em que a educação da criança deve visar:

c) O desenvolvimento do respeito pelos seus pais, da sua própria identidade cultural, da sua língua e dos seus valores, dos valores nacionais do país em que vive, do país de que seja originária e das civilizações distintas da sua.

Ora, este direito só poderá tornar-se mais efectivo, através do uso da língua da criança no ensino, paralelamente com a língua oficial (Português), por forma a criar alunos bilingues equilibrados, e para que as crianças mantenham um vínculo com a sua língua materna e tenham acesso ao desenvolvimento e tecnologia proporcionados por uma língua de comunicação internacional. Num processo educativo é importante ter-se o entendimento de que é possível preservar-se a identidade cultural, a unidade nacional, através do desenvolvimento de programas de educação bilingue.



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

Baker (1993 p. 249), refere que os direitos linguísticos podem derivar-se dos pessoais, legais e constitucionais. Os direitos linguísticos pessoais relacionam-se com os direitos de expressão individual. Esta autora acrescenta que acima dos direitos pessoais existem certos direitos linguísticos naturais do grupo, sendo aqui onde se expressam a importância e a preservação da língua como património da cultura e das comunidades. Para estas, o uso de línguas locais no ensino significa o acesso ao conhecimento desenvolvido pelas escolas, através de uma interacção eficaz, possibilitada, precisamente, pelo uso da língua.

Modalidades de introdução

A introdução de línguas moçambicanas no ensino vai observar três modalidades como já referimos, anteriormente. (Ver PCEB, 1999).

Programa de educação bilingue: línguas moçambicanas/Português- L2.

Programa de ensino monolingue em Português- L2 com recurso às línguas locais.

Programa de ensino monolingue em Português-L2 e línguas locais como disciplina.

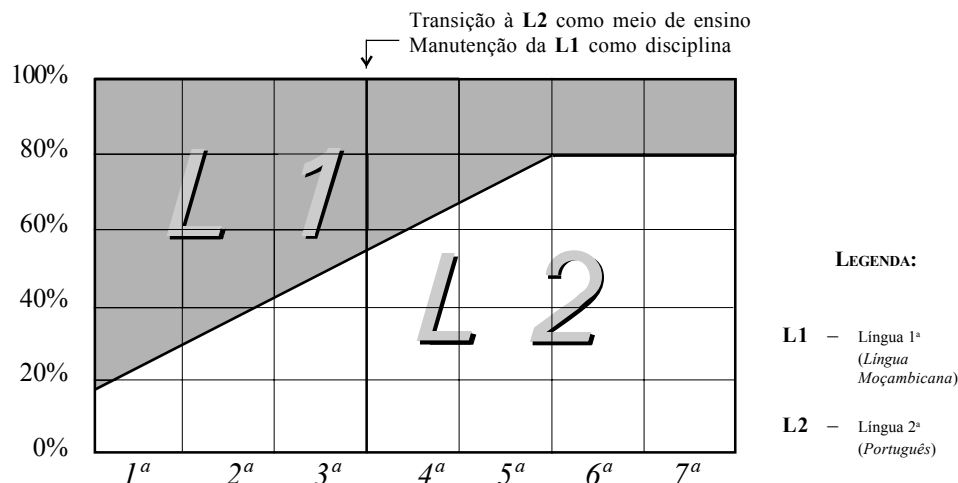
Agora passamos a descrever cada uma das modalidades acima referida.



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

Programa de Educação Bilingue

O ensino primário está estruturado por ciclos de aprendizagem e o desenvolvimento do modelo bilingue adoptado tem em conta este aspecto. Dos vários modelos existentes, Moçambique optou por um modelo transicional com algumas características de manutenção, por forma a garantir o desenvolvimento de um bilinguismo aditivo nos alunos; assim, o modelo vai ser desenvolvido da seguinte forma:



Primeiro Ciclo (1ª e 2ª classes)

A língua materna do aluno é o único meio de ensino-aprendizagem; a língua materna e o Português serão ensinados como disciplina, sendo o Português para desenvolver habilidades de oralidade para preparar a aprendizagem da leitura e da escrita nesta língua, no 2º ciclo.

Segundo Ciclo (3ª, 4ª e 5ª classes)

Este é o ciclo em que inicia o processo de transição gradual do meio de ensino, de L1 para a L2. Assim, no início da 3ª classe, os alunos iniciam a aprendizagem da leitura e escrita em Português, através de um processo de transferência de habilidades adquiridas na sua L1. Na 3ª classe, o meio de ensino-aprendizagem ainda é a L1; a partir da 4ª classe a L2 passa a exercer esta função. Tal como no primeiro, neste ciclo a L1 e a L2 são leccionadas como disciplina. A L1 passará a ser auxiliar do processo de ensino-aprendizagem, principalmente em disciplinas como Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais, para explicar/clarificar conceitos difíceis.

Na 5ª classe, os alunos do Programa Bilingue serão submetidos a um exame nacional, incluindo os alunos que terão seguido um currículo em que o meio de ensino é a língua portuguesa. Justifica-se, deste modo, a razão por que a transição ocorre relativamente cedo, a partir da 3ª classe.

O exame na 5ª classe é uma medida transitória⁴, prevendo-se que com a implementação de escolas completas (1ª a 7ª classes) à escala do país, haverá, somente, um exame nacional no final da 7ª classe. Nessa altura, a transição de meio de ensino irá ocorrer a partir da 4ª classe, proporcionando um desenvolvimento mais forte da L1, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento de um bilinguismo mais equilibrado.

⁴ Consulte-se o PCEB para mais informações.



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

Terceiro Ciclo (6ª e 7ª classes)

Neste ciclo, a língua portuguesa é o único meio de ensino-aprendizagem e espera-se que os alunos já possuam um bom nível de desempenho nesta língua, bem como na L1. A L1 será leccionada como disciplina, somente, mas poderá, eventualmente, servir como auxiliar do processo de ensino-aprendizagem, à semelhança do que acontece em ciclos anteriores. No final deste ciclo, os alunos serão submetidos a um exame nacional, o último do ensino básico e espera-se que tenham adquirido as competências necessárias em língua portuguesa para enfrentar os níveis de ensino posteriores (secundário, técnico/profissional).

O Português, língua oficial, é a única língua de ensino-aprendizagem em outros níveis de ensino, bem como a língua que permite ingressar no mercado de trabalho e ter acesso a outras instituições da vida do país, desempenhando, por isso, um papel importante. Como tal, é necessário que os alunos tenham um bom domínio desta língua, no final do ensino básico. Ao mesmo tempo, espera-se que possuam, também, uma boa competência na sua língua materna, que possibilite a que não haja um retorno em relação às competências já adquiridas na sua L1, e que a mesma continue a servir de suporte pedagógico para uma transferência positiva de habilidades linguísticas para a L2.

Línguas moçambicanas como recurso

Outra modalidade de utilização de línguas maternas moçambicanas é como auxiliares do processo de ensino-aprendizagem no programa monolingue em Português-L2. São, essencialmente, duas as razões por que se introduz esta modalidade:

O próprio modelo de educação bilingue adoptado prevê a utilização da L1 como auxiliar do processo de ensino-aprendizagem, principalmente a partir da 4ª classe em que o meio de ensino principal é a língua portuguesa.

O ideal respeitante à pedagogia seria fazer a aprendizagem inicial (o ensino da leitura e escrita) na língua materna, contudo, os programas de educação bilingue não poderão a curto e médio prazos cobrir todo o país. Enquanto tal não é possível, deve-se encontrar uma estratégia em que se possa recorrer às línguas locais como auxiliares do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo em zonas rurais onde a oferta linguística do Português é quase inexistente, como já referimos anteriormente. É, assim, que se advoga o uso destas línguas como recurso, com metodologias apropriadas.

Línguas moçambicanas como disciplina

Moçambique é um país que, à semelhança de vários países africanos, possui zonas linguisticamente homogénias (que são a maioria) e heterogénias (zonas urbanas e peri-urbanas). Nestas, há uma convergência de várias culturas e, consequentemente, de várias línguas e, é este cenário que caracteriza as escolas destas zonas, em que os alunos falam o Português como língua materna ou como L2. Ora, em contextos linguísticos desta natureza não é possível aplicar o modelo de educação bilingue proposto, porque para a sua aplicação pressupõe-se que os alunos e o professor partilhem a mesma língua.

Contudo, pressupõe-se, igualmente, que os alunos deverão ter oportunidade de ter acesso às línguas locais como forma de estabelecerem ou manterem contacto com a cultura moçambicana. Outra razão que justifica esta opção é que se aumenta a eficácia da comunicação num contexto



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

multilingue, contribuindo para o reforço da unidade nacional.

É, neste âmbito, que se introduz a terceira modalidade de uso destas línguas no ensino, como disciplina curricular. Neste caso, a língua a adoptar será da escolha da própria escola, podendo ser uma língua local (da zona) ou não.





Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

3. Orientações Metodológicas Gerais

Em seguida, passamos a apresentar algumas orientações gerais sobre o ensino da L1 e da L2 na sala de aulas.

ENSINO DA L1

A L1 deve ser desenvolvida com métodos apropriados, tanto como meio de ensino, bem como quando ela é usada como meio auxiliar do processo de ensino-aprendizagem.

A L1 deve ser usada para explicar conceitos difíceis em disciplinas como Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais, em contextos em que a L1 é usada como recurso. Mas a L1 não deve servir a todo o momento para traduzir conceitos que os alunos estão a ter dificuldades de compreender em L2. Há outros métodos para conseguir isso, porque deve haver uma clara delimitação dos momentos em que se usa uma língua ou outra.

Num contexto em que o meio de ensino é a língua portuguesa, a L1 também pode ser usada para avaliar o nível do conhecimento dos alunos no início ou no fim da aula. Uma das formas para se avaliar os conhecimentos dos alunos é através de perguntas. Se estas forem feitas na L1, os alunos vão entendê-las e responderão com facilidade.

Que tipo de perguntas é que se deve fazer aos alunos na L1?

O professor deve fazer perguntas abertas, isto é, as perguntas devem provocar respostas elaboradas e completas. O contrário, o uso de perguntas fechadas, (perguntas com respostas de sim ou não, ou de poucas palavras, ou de repetição), não desenvolve as capacidades e habilidades linguísticas das crianças. Isto não significa que o professor não possa recorrer a este tipo de perguntas quando for necessário.

Há vários tipos de perguntas abertas. Vejamos algumas delas:

1. Opinião/Comentário

Os alunos dão a sua opinião ou fazem um comentário sobre um texto, parte de um texto, comportamento de personagens, sobre o conteúdo de uma aula de Ciências Sociais, Moral e Cívica, etc

2. Aplicação à vida do aluno

Os alunos aplicam o que aprenderam à sua vivência.

3. Prognóstico

A partir do título, ilustrações e partes de um texto os alunos imaginam o que vai acontecer e fazem prognósticos.

4. Reconto

Os alunos contam por suas palavras, de uma forma criativa, partes de um texto ou todo o texto.

5. Descrição

Os alunos fazem descrições de partes de um texto, de partes da aula, etc.



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

ENSINO DA L2

A L2 deve ser desenvolvida com métodos apropriados, tanto como disciplina, assim como quando é usada como meio de ensino. Se o professor encontra dificuldades no ensino da L2, porque os alunos não entendem as suas explicações, ele não deve, por exemplo, traduzir a matéria da L2 para a L1, porque os alunos prestarão mais atenção à tradução não permitindo, assim, o desenvolvimento da L2. Há outros métodos para conseguir essa compreensão.

Os alunos não aprendem facilmente o Português pela tradução como referimos acima. De facto, se os alunos sabem que o professor vai dizer a mesma coisa duas vezes, a primeira vez em Português e a segunda vez na língua materna-(moçambicana)- não vão prestar atenção à língua que não conhecem. Os métodos mais aconselháveis para o ensino da L2 (Português) são os métodos que usam exclusivamente o Português durante uma certa aula, mas que esclarecem o contexto do tópico (das matérias) pelo uso de objectos, desenhos, gestos e acções, ou dramatização.

Em princípio, as aulas iniciais abordam temas familiares com o próprio aluno, os membros da família, o vestuário, as partes do corpo, como cumprimentar, como apresentar-se, como pedir informação, como descrever coisas, como descrever pessoas, etc. Cada aula de língua segunda desenvolve a comunicação oral em Português. Quando os alunos tiverem algum domínio da oralidade, estarão prontos a começar a aprendizagem da leitura/escrita em Português.

NOTA:

O facto de se ter aconselhado que, numa aula de Português, se deve evitar a tradução não significa que o professor não possa recorrer à língua materna moçambicana para esclarecer vocabulário difícil, por exemplo.

Krashen (1981) fala de 7 “coisas mágicas” para uma boa aula de língua segunda, neste caso, uma aula de Português, como a seguir apresentamos.

Meio ambiente sem preocupação ou ansiedade: Os alunos aprendem bem quando não estão preocupados em cometer erros, que são normais, quando se aprende uma língua. O professor deverá estimular a participação dos alunos e tal só pode ser conseguido se eles não forem inibidos.

Informação compreensível: Os alunos aprendem a falar a língua, se tiverem informação relevante na L2, isto é, que tenha significado segundo o contexto, como imagens, acções, etc.

Enfoque na comunicação: As actividades de comunicação, onde os alunos devem falar para resolver um problema ou atingir um objectivo, estimulam a aprendizagem. Isto pode ser conseguido através de trabalhos em grupo, aos pares, jogos em que toda a turma participe, etc.

Língua contextualizada: Os alunos devem dominar o vocabulário de que precisam para participar numa actividade.

Aceitação de erros: Se os erros não prejudicam a comunicação, não se devem corrigir constantemente, porque o aluno tem que se sentir livre para falar e praticar, e vai auto-corrigir-se, na devida altura, com o apoio do professor.



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

Respeito pelas etapas de aquisição da língua: Em classes iniciais, o aluno não vai poder falar muito, mas pouco a pouco, vai expressar-se melhor, e o professor tem de desafiar o aluno neste processo.

Os estudiosos falam em quatro etapas de aquisição de uma língua (L1 ou L2) a saber:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
6.1 Etapa de Pré-Produção	<i>A criança pode ouvir e perceber a língua.</i>
6.2 Etapa de Produção Nascente	<i>Aprende o ritmo, a entoação, e depois o sentido</i>
6.3 Etapa de Produção Aparecimento	<i>Dá respostas de uma palavra (sim, não, mamã, leite, etc.)</i>
6.4 Etapa de Desenvolvimento da língua	<i>Liga palavras, forma frases de 2-4 palavras. Comunica necessidades básicas.</i>
	<i>Continua a desenvolver o vocabulário.</i>
	<i>Expressa-se com mais facilidade.</i>

Nota: Como se pode observar, as etapas são progressivas. Se os alunos não estiverem preparados para passar para a etapa seguinte, não vale a pena sair da etapa em que estão.

Professor facilitador: O trabalho do professor é de criar actividades que providenciam oportunidades para os alunos praticarem o que estão a aprender.

UTILIZAÇÃO DA L2 COMO MEIO DE ENSINO

Quando os alunos já tiverem desenvolvido as habilidades comunicativas em Português, pode-se começar a usar a L2 como meio de ensino. Deve-se começar com aulas de revisão, onde os alunos já aprenderam os conceitos na sua língua e estão a rever ou praticar (aplicar) estes conceitos. Por exemplo, se os alunos já aprenderam a operação de adição em L1, a aula seguinte pode ser dada em Português, usando exercícios no quadro ou no livro para esclarecer o sentido das palavras. Os alunos vão transferir as habilidades que aprenderam através da L1 para a L2; não têm de aprender a mesma coisa duas vezes. Desta maneira (pode ser 1 ou 2 dias a ensinar Matemática na L1, e então 1 ou 2 dias a rever os conceitos usando a L2) o professor introduz, gradualmente, o Português como meio de ensino, desde que o contexto esteja claro para as crianças.

O Português também pode ser usado para a logística rotineira na sala de aulas (fazer a chamada, usar imperativos, etc.). Alguns exemplos seriam “levanta-te,” “vai ao quadro,” “abre/fecha a porta,” ou “limpa a sala.” A L2 serve também para ensinar as disciplinas onde a fala é muito ligada a acções, por exemplo, em Educação Física ou Educação Visual e Tecnológica.

Fronteiras entre línguas

Uma regra para a utilização de duas línguas na sala de aulas é que as mesmas não se devem misturar. Durante um certo período do dia, somente uma língua é usada. A tradução ou a utilização simultânea das duas línguas, não facilita o pensamento na língua alvo, o Português. Quando o aluno sabe que durante a aula vai trabalhar em Português, quando entende o objectivo da aula, e quando tem motivação e interesse, vai esforçar-se para aprender e comunicar. O trabalho do professor é o seguinte, com exemplos da Matemática:

1. **Delinear as fronteiras:** “Agora vamos trabalhar com a Matemática em Português.”



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

2. **Esclarecer o contexto:** “Olhem para este exemplo” (mostrando).
3. **Ensinar novo vocabulário no contexto sem traduzir muito:** “Este símbolo chama-se ‘mais’ em Português.”
4. **Modelar a linguagem apropriada:** “2 mais 2 é igual a 4.”
5. **Criar interesse nas actividades de aprendizagem:** “Vamos ver qual é o primeiro grupo que vai calcular a soma.”

O professor pode aceitar as respostas na L1, mas deve explicar como dizer em Português e manter como meio de ensino a língua alvo (Português).

Um método que usa as duas línguas na mesma aula, mas com fronteiras claras como foi explicado em cima, chama-se **Prever-Rever**. Funciona bem nas etapas em que os alunos já falam mais o Português, e quando o professor quer dar uma aula em Português, mas não tem certeza que todos os alunos vão entender. O método Prever-Rever é aconselhado em disciplinas como Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais, onde há muitos termos novos, principalmente, na fase da transição.

As etapas da aula são as seguintes:

Na L1 (Prever):

O professor discute com os alunos os conceitos básicos da aula a ser ensinada. Pode rever a aula anterior, fazendo perguntas e elicitando as ideias dos alunos na língua materna sobre o tema a ser aprendido.

Na L2 (Ensinar):

O professor desenvolve a aula em Português. Funciona bem com aulas em que os alunos devem ler um texto longo e difícil sobre um tema (por exemplo, em História). Conforme o tipo de aula, o professor pode dirigir a leitura ao longo do processo com perguntas de compreensão ou prognóstico.

Na L1 (Rever):

O professor faz perguntas de avaliação na L1, e os alunos respondem na sua língua, para mostrar o que aprenderam da aula. Desta maneira o professor poderá avaliar o que eles aprenderam e que informação ficou perdida. Pode ensinar de novo uma parte dessa informação na L1, ou pensar em outra maneira de repetir (esclarecendo o sentido) para permitir que os alunos aprendam.



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

ANEXO A

Definição dos Termos -Chave

No desenvolvimento do programa de Educação Bilingue nas componentes de L1 e L2, adoptamos as seguintes definições de trabalho com as quais operamos.

Ensino Bilingue - É o ensino em duas línguas, normalmente, na língua materna (LM) e numa língua segunda (L2). Em Moçambique a educação bilingue é entendida como o processo de ensino-aprendizagem que inicia com a LM dos aprendentes como meio de ensino, com uma transição gradual para a L2 como meio de ensino.

Bilinguismo - É o uso alternado de duas línguas por um indivíduo numa comunidade.

Habilidades linguísticas - São componentes altamente específicas, observáveis e claramente definidas, como a escrita.

Competência linguística - É um termo amplo e geral, que se usa particularmente para descrever uma representação mental, interna da língua, é algo mais latente do que manifesto. Tal competência refere-se, normalmente, ao sistema subjacente inferido da actuação linguística.

Actuação linguística - É a conversão da manifestação externa da competência. É vista através da observação da produção e compreensão linguística.

Bilingue equilibrado - É um indivíduo que possui «igual» fluidez em duas línguas em vários contextos.

Semilinguismo - Carência de competências linguísticas em ambas as línguas. **Semilingue** é o indivíduo com deficiências em ambas as línguas, quando comparado com indivíduos monolingues.

Língua materna (LM) - É a língua com a qual aprendemos a falar quando nascemos e, normalmente, dominamos melhor. Esta língua pode ser da mão, do pai ou do local onde nascemos.

Língua primeira (L1) - Normalmente usa-se com o mesmo sentido que para a língua materna, para designar que é aquela que a pessoa adquire em primeiro lugar em relação a outras línguas que vai adquirindo/aprendendo, ao longo da vida. Em Moçambique e em muitos países africanos, a língua primeira ou materna da maioria é uma língua africana.

Língua segunda (L2) - É a língua que um indivíduo adquire/aprende em segundo lugar e na qual consegue comunicar razoavelmente. Em Moçambique a L2 aprende-se de duas maneiras: informalmente, em casa ou na comunidade (zonas urbanas) e formalmente, na escola, com muito pouca cobertura em ambos os casos, o que faz com que esta língua, apesar de ser a língua oficial do país, não ser conhecida pela maioria dos moçambicanos.

Língua local - É a língua localmente falada por uma determinada comunidade linguística, é designada também como língua indígena.

Língua oficial - É a língua usada nas instituições formais como o governo, a administração, na educação, etc. Em Moçambique a língua oficial é a língua portuguesa, precisamente, por



Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

desempenhar estas funções. Em muitos países africanos, a língua oficial é uma língua do ex-colonizador. Em situações como as de Moçambique, em que existem muitas línguas locais, a língua oficial é considerada, igualmente, como língua de unidade nacional.





Programa de Educação Bilingue - II Ciclo

ANEXOB

Lista de Referências e documentos consultados

Bamgbose, A. (1976) Mother tongue education. The West African experience. London: Hodder & Stoughton/Paris: UNESCO.

Baker, C. (1993). Foundations of bilingual education and Bilingualism. Great Britain.

Benson, C. (1997). Relatório Final sobre o ensino Bilingue. Resultados da Avaliação Externa da Experiência de Escolarização Bilingue em Moçambique. (PEBIMO). INDE. Maputo.

Brown, H. D. (1993). Principles of Language Learning and Teaching. Englewood cliffs, New Jersey.

Brown, H. D. (1971). Children's comprehension of relativized English Sentences. Child development 42: 1923-1936.

Convenção sobre os Direitos da Criança. Micas, Aliança Save the Children, UNICEF. Moçambique. 1994.

Cummins, J. (1980). Linguistic Interdependence and the educational Development of Bilingual Children. In Review of educational Research, Twenty five of educational Research. New York.

Hyltenstan, K. & Stroud, C. (1995). Propostas de revisão dos currículos de língua das escolas primárias de Moçambique. (Documento para discussão). Centro de Estudos Bilingues. Universidade de Estocolmo.

INDE (1999). Plano Curricular do Ensino Básico. Objectivos, Política; Estrutura e Plano de Estudos. Maputo.

INDE (1997). Relatório do Debate sobre «Estratégias de Introdução e Expansão de Ensino em Línguas Moçambicanas». Maputo, INDE.

INDE (1996). Seminário-Consulta à Sociedade. «Construindo o Curriculum para a Escola Primária Moçambicana». Síntese das Sugestões e Recomendações Gerais.

INE. (1999). II Recenseamento Geral da População e habitação. Indicadores Sócio-Demográficos. Maputo. 1997.

Krashen, S. (1987). Bilingual education and second language acquisition theory. In California State Department of Education, Schooling and language minority students: a theoretical framework. Los Angeles: California State University, Evaluation, Dissemination and Assessment Center.

NELIMO (1989) Relatório do I Seminário sobre a padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas. INDE-UEM/NELIMO. Maputo.

UNESCO (1998). Todos os seres humanos. Manual da educação para os Direitos do Homem. Comissão Nacional para a UNESCO. Ministério da Educação.

3ª Classe

Programas de L1 e L2 - 2º Ciclo

OBJECTIVOS GERAIS DO 2º CICLO - L1 O aluno, ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:		OBJECTIVOS GERAIS DO 2º CICLO - L2 O aluno ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:	
Expressar-se correctamente, oralmente e por escrito, em diferentes situações de comunicação;	Ter desenvolvido as habilidades ouvir, falar, ler e escrever em português, de modo a usar esta língua como meio de ensino e aprendizagem a partir da 4ª Classe;	Expressar-se com segurança, oralmente e por escrito, em situações de comunicação relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;	
Utilizar adequadamente vocabulário específico das diferentes áreas temáticas e disciplinares;	Usar adequadamente vocabulário específico das diferentes áreas temáticas e disciplinares;	Identificar ideias essenciais de mensagens orais e escritas;	
Identificar ideias essenciais de mensagens orais e escritas;		Utilizar técnicas de linguagem verbal, musical, não verbal e corporal (diálogo, debate, carta, narração, banda desenhada), respeitando as respectivas regras básicas;	
Utilizar técnicas de linguagem verbal, musical, não verbal e corporal (diálogo, debate, carta, narração, banda desenhada), respeitando as respectivas regras básicas;		Interpretar mensagens simples em diferentes códigos de linguagem simbólica e gráfica (cartazes, gráficos, tabelas, barras cronológicas, expressões matemáticas, notações musicais,...);	
Interpretar mensagens simples em diferentes códigos de linguagem simbólica e gráfica (cartazes, gráficos, tabelas, barras cronológicas, expressões matemáticas, notações musicais,...);		Utilizar convenções e regras básicas dessas linguagens para representar factos, formas, relações e processos elementares.	
Utilizar convenções e regras básicas dessas linguagens para representar factos, formas, relações e processos elementares;		Recolher, reproduzir ou recriar manifestações do património tradicional moçambicano (literatura oral, canções, jogos, artesanato);	
Recolher, reproduzir ou recriar manifestações do património tradicional moçambicano (literatura oral, canções, jogos, artesanato);		Produzir textos de diferentes discursos com coerência e correcção ortográfica;	
Produzir textos de diferentes discursos com coerência e correcção ortográfica;		Ler narrativas e poemas da literatura nacional e universal;	
Ler narrativas e poemas da literatura nacional e universal;		Ler poemas e narrativas da literatura nacional e universal;	

OBJECTIVOS GERAIS DO 2º CICLO - L1 O aluno, ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:	OBJECTIVOS GERAIS DO 2º CICLO - L2 O aluno ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:
<p>Conhecer as características fundamentais da estrutura da L1;</p> <p>Reconhecer as regras básicas do funcionamento da L1, a partir de situações reais de comunicação;</p> <p>Traduzir com segurança, oralmente e por escrito, textos de L1 para L2;</p> <p>Revelar atitudes de respeito e de solidariedade para com as pessoas e grupos de idade, raça, sexo, e origem social diferentes, bem como em relação à pessoas e povos de outras culturas, apreciando e valorizando os seus costumes e formas de expressão;</p> <p>Reconhecer os símbolos de identificação nacional em aspectos da história, paisagem e património cultural local;</p> <p>Assumir comportamentos de protecção do meio ambiente e de preservação do património cultural local;</p> <p>Demonstrar abertura e confiança nas relações interpessoais e na realização de tarefas, fazendo uso da experiência e das competências na resolução de problemas;</p> <p>Revelar hábitos de higiene, actividade física e alimentação que favoreçam o seu desenvolvimento e o de uma vida sã;</p> <p>Respeitar compromissos do seu quotidiano (pontualidade, assiduidade, responsabilidade...);</p> <p>Manifestar sensibilidade aos problemas da escola e da comunidade e participar na sua resolução através de esquemas de apoio ao seu alcance.</p>	<p>Conhecer as características fundamentais da estrutura do português;</p> <p>Reconhecer as regras básicas do funcionamento do português, a partir de situações de comunicação reais;</p> <p>Traduzir com segurança, oralmente e por escrito, textos de L2 para L1;</p> <p>Revelar atitudes de respeito e de solidariedade para com as pessoas e grupos de idade, raça, sexo, e origem social diferentes, bem como em relação a pessoas e povos de outras culturas, apreciando e valorizando os seus costumes e formas de expressão;</p> <p>Reconhecer os símbolos de identificação nacional em aspectos da história, paisagem e património cultural local;</p> <p>Assumir comportamentos de protecção do meio ambiente e de preservação do património cultural local;</p> <p>Demonstrar abertura e confiança nas relações interpessoais e na realização de tarefas, fazendo uso da experiência e das competências na resolução de problemas;</p> <p>Revelar hábitos de higiene, actividade física e alimentação que favoreçam o seu desenvolvimento e o de uma vida sã;</p> <p>Respeitar compromissos do seu quotidiano (pontualidade, assiduidade, responsabilidade...);</p> <p>Manifestar sensibilidade aos problemas da escola e da comunidade e participar na sua resolução através de esquemas de apoio ao seu alcance.</p>

Programas de L1 e L2, 3ª classe - 2º Ciclo	
OBJECTIVOS GERAIS DO 2º CICLO - L1 O aluno, ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:	OBJECTIVOS GERAIS DO 2º CICLO - L2 O aluno ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:
Ter adquirido as quatro habilidades linguísticas: ouvir, falar, ler e escrever, para manipular com segurança, conceitos e informações relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;	Ter adquirido as quatro habilidades linguísticas: ouvir, falar, ler e escrever, para manipular com segurança, conceitos e informações relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;
Ouvir textos e mensagens orais;	Ouvir textos e mensagens orais;
Expressar-se adequadamente em situações de comunicação relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;	Expressar-se adequadamente em situações de comunicação relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;
Reconhecer a linguagem formal da não formal;	Reconhecer a linguagem formal da não formal;
Usar adequadamente a linguagem formal e não formal, de acordo com as situações de comunicação;	Usar adequadamente a linguagem formal e não formal, de acordo com as situações de comunicação;
Contar pequenas histórias, respeitando a cronologia/ordem e localização dos acontecimentos;	Contar pequenas histórias, respeitando a cronologia/ordem e localização dos acontecimentos;
Relatar ,oralmente e por escrito, acontecimentos vividos ou ouvidos, de forma clara e coerente;	Relatar ,oralmente e por escrito, acontecimentos vividos ou ouvidos, de forma clara e coerente;
Formular juízos de valor tendo em conta a situação de comunicação;	Formular juízos de valor tendo em conta a situação de comunicação;

OBJECTIVOS GERAIS DA 3ª CLASSE - L1 O aluno, ao terminar a terceira classe deve ser capaz de:	OBJECTIVOS GERAIS DA 3ª CLASSE - L2 O aluno, ao terminar a terceira classe deve ser capaz de:
<p>Comunicar fluentemente em situações de comunicação relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;</p> <p>Ouvir textos e mensagens orais;</p> <p>Expressar-se correctamente em situações de comunicação relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;</p> <p>Usar vocabulário novo relacionado com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;</p> <p>Distinguir a linguagem formal da não formal, e os respectivos contextos de uso;</p> <p>Contar pequenas histórias, respeitando a cronologia/ordem e localização dos acontecimentos;</p> <p>Relatar, oralmente e por escrito, acontecimentos vividos ou ouvidos, de forma clara e coerente;</p> <p>Formular juízos de valor tendo em conta a situação de comunicação;</p>	<p>Ter adquirido as quatro habilidades linguísticas: ouvir, falar, ler e escrever, para manipular com segurança, conceitos e informações relacionados com as áreas temáticas e disciplinares e usar esta língua como língua de ensino na classe seguinte;</p> <p>Ouvir textos e mensagens orais; Seguir e dar instruções;</p> <p>Expressar-se adequadamente em situações de comunicação relacionadas com as diferentes áreas temáticas e disciplinares;</p> <p>Seguir e dar instruções orais e escritas;</p> <p>Distinguir a linguagem formal da não formal, e os respectivos contextos de uso;</p> <p>Contar pequenas histórias, respeitando a cronologia/ordem e localização dos acontecimentos;</p> <p>Relatar, oralmente e por escrito, acontecimentos vividos, de forma clara e coerente;</p> <p>Formular juízos de valor tendo em conta a situação de comunicação;</p>

OBJECTIVOS GERAIS DA 3ª CLASSE - L1 O aluno, ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:	OBJECTIVOS GERAIS DA 3ª CLASSE - L2 O aluno, ao terminar o segundo ciclo deve ser capaz de:
Ler, com fluência e compreensão, respeitando a entoação, ritmo, a pronúncia correcta das palavras e a pontuação;	Ler, com fluência e compreensão, respeitando a entoação, ritmo, a pronúncia correcta das palavras e a pontuação;
Descrever, oralmente e por escrito, objectos, o seu meio circundante, suas impressões e experiências, exprimindo as suas ideias com clareza e precisão;	Descrever, oralmente e por escrito, objectos, o seu meio circundante, suas impressões e experiências, exprimindo as suas ideias com clareza e precisão;
Identificar objectos, lugares e pessoas através da descrição;	Identificar objectos, lugares e pessoas através da descrição;
Produzir textos (cartas informais, instruções e direcções simples,) de forma clara e coerente, respeitando as regras ortográficas e de pontuação;	Produzir textos (cartas informais, instruções e direcções simples,) de forma clara e coerente, respeitando as regras ortográficas e de pontuação;
Conhecer as regras básicas do funcionamento da língua;	Conhecer as regras básicas do funcionamento da língua;
Aplicar as regras de higiene individual e colectiva;	Aplicar as regras de higiene individual e colectiva;
Reconhecer e respeitar os valores da sua comunidade;	Reconhecer e respeitar os valores da sua comunidade;
Reconhecer e respeitar os símbolos nacionais;	Reconhecer e respeitar os símbolos nacionais; Tomar iniciativas;
Tomar iniciativas.	
Contribuir para a limpeza e conservação do recinto escolar e outros espaços da comunidade;	Contribuir para a limpeza e conservação do recinto escolar e outros espaços da comunidade;
Reconhecer e respeitar os direitos da criança.	Reconhecer e respeitar os direitos da criança.

OBJECTIVOS GERAIS DA 4ª CLASSE - L1 Ao terminar a quarta classe, o aluno deve ser capaz de:	OBJECTIVOS GERAIS DA 4ª CLASSE - L2 Ao terminar a quarta classe, o aluno deve ser capaz de:
<p>Comunicar fluentemente, oralmente e por escrito, em vários contextos, na sua L1;</p> <p>Ter conhecimentos das estruturas e regras gramaticais da sua L1;</p> <p>Possuir a capacidade de interpretar e produzir alguns textos de carácter familiar, cerimonioso, oficial e de sistematização;</p> <p>Compreender textos orais e escritos;</p> <p>Desenvolver a capacidade de questionar, apreciar, discutir assuntos, fazer observações e análises, fazer experiências simples, resolver problemas e aplicar os conhecimentos numa forma criativa;</p> <p>Conhecer os principais usos e costumes do seu distrito, província e país;</p> <p>Reconhecer e valorizar o património histórico e cultural nacional;</p> <p>Demonstrar respeito por outros povos e culturas;</p> <p>Demonstrar uma atitude positiva em relação às línguas e culturas moçambicanas;</p> <p>Contribuir para um panorama de limpeza e conservação do meio ambiente;</p>	<p>Comunicar com segurança, oralmente e por escrito, em vários contextos, na L2;</p> <p>Ter conhecimentos das estruturas e regras gramaticais da L2;</p> <p>Possuir a capacidade de interpretar e produzir alguns textos de carácter familiar, cerimonioso, oficial e de sistematização;</p> <p>Compreender textos orais e escritos;</p> <p>Desenvolver a capacidade de questionar, apreciar, discutir assuntos, fazer observações e análises, fazer experiências simples, solucionar problemas e aplicar os conhecimentos numa forma criativa;</p> <p>Conhecer os principais usos e costumes do seu distrito, província e país;</p> <p>Reconhecer e valorizar o património histórico e cultural nacional;</p> <p>Demonstrar respeito por outros povos e culturas;</p> <p>Demonstrar uma atitude positiva em relação às línguas e culturas moçambicanas;</p> <p>Contribuir para um panorama de limpeza e conservação do meio ambiente;</p>

OBJECTIVOS GERAIS DA 5ª CLASSE - L1 Ao terminar a quinta classe, o aluno deve ser capaz de:	OBJECTIVOS GERAIS DA 5ª CLASSE - L2 Ao terminar a quinta classe, o aluno deve ser capaz de:
Comunicar correctamente em vários contextos, oralmente e por escrito, na sua L1;	Comunicar correctamente em vários contextos; oralmente e por escrito; na L2;
Reconhecer a relevância da necessidade de comunicação entre as pessoas;	Reconhecer a relevância da necessidade de comunicação entre as pessoas;
Adquirir habilidades de produzir, com destreza, mensagens orais e escritas na L1;	Adquirir habilidades de produzir, com destreza, mensagens orais e escritas na L2;
Compreender e produzir textos de carácter familiar, cerimonioso, oficial e de sistematização de dados;	Compreender e produzir textos de carácter familiar, cerimonioso, oficial e de sistematização de dados;
Resumir textos;	Resumir textos;
Reconhecer a estrutura de textos;	Reconhecer a estrutura de textos;
Desenvolver a capacidade de questionar, apreciar, discutir assuntos e de aplicar numa forma criativa os conhecimentos adquiridos;	Desenvolver a capacidade de questionar, apreciar, discutir assuntos e de aplicar numa forma criativa os conhecimentos adquiridos;
Demonstrar uma atitude positiva em relação aos aspectos culturais do País;	Demonstrar uma atitude positiva em relação aos aspectos culturais do País;
Ter conhecimentos relacionados com estruturas e regras gramaticais da sua L1;	Ter conhecimentos relacionados com estruturas e regras gramaticais da L2;
Respeitar os órgãos de soberania do Estado;	Respeitar os órgãos de soberania do Estado;
Mostrar uma atitude positiva em relação aos símbolos da pátria.	Mostrar uma atitude positiva em relação aos símbolos da pátria.

